

Aquilombamento: superando os silenciamentos

The act of forming *quilombos*: overcoming silencing

THIAGO DE SOUZA BORGES

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

thiago.kobe@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8993-4760>

LUIZA NASCIMENTO ALMEIDA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

luizanas@yahoo.com

<https://orcid.org/0009-0000-7616-5862>

Recebido em: 29/02/2024

Aprovado em: 21/08/2024

BORGES, Thiago de Souza; ALMEIDA, Luiza Nascimento. Aquilombamento: superando os silenciamentos. **Música e Cultura**, v. 13, n. 3, p. 167-193, 2024.

Aquilombamento: superando os silenciamentos

Resumo: O presente artigo descreve e reflete sobre a experiência de criação de uma disciplina intitulada “Aquilombamento: raça, cultura e práticas sonoras negras” no Instituto Villa-Lobos, escola de música da UNIRIO. À luz de uma variada bibliografia sobre relações raciais, apresenta-se ainda uma análise a respeito das vivências no Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO, contexto gerador da disciplina coletiva que resultou também na criação do “Coletivo Negro e Grupo de Pesquisa Elza Soares”.

Palavras-chave: Aquilombamento; Relações Raciais; Sonoridades Negras; PPGM/UNIRIO.

The act of forming *quilombos*: overcoming silencing

Abstract: This article describes and reflects on the experience of creating a discipline entitled “Aquilombamento: Race, Culture and Black Sound Practices” at the Villa-Lobos Institute, UNIRIO’s music school. In the light of a varied bibliography on racial relations, an analysis is also presented regarding the experiences in the Postgraduate Program in Music at UNIRIO, a context that generates the collective discipline that also resulted in the creation of the “Coletivo Negro and Elza Soares Research Group”.

Keywords: Aquilombamento; Race Relations; Black Sounds; PPGM/UNIRIO.

Introdução

O presente artigo vem tratar da discussão de uma disciplina denominada “Aquilombamento: raça, cultura e práticas sonoras negras”. Tal disciplina, que foi ministrada no Instituto Villa-Lobos (IVL), da Escola de Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no segundo semestre de 2023, foi elaborada e ministrada pelo Coletivo Negro e Grupo de Pesquisa Elza Soares, a convite e em colaboração com a professora Inês Rocha e o professor Vincenzo Cambria. A disciplina foi ofertada ao corpo discente dos diferentes cursos de graduação do Instituto¹ e do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGM), para alunos e professores de outras instituições e, estando vinculado ao projeto de extensão “Cultura Popular e Universidade: Saberes em Diálogo” foi também aberto para pessoas sem vínculos institucionais.

O Coletivo é composto por alunos do PPGM/UNIRIO – Lwiza Gannibal², doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e doutoranda; Pitter Rocha, doutorando; Thiago Kobe³, doutorando; e Pedro Fadel, mestrando. Esse conjunto de alunos, todos bolsistas, tem na disciplina o seu estágio docente. Além das pessoas supracitadas, faz parte do Coletivo um egresso do curso de Doutorado do PPGM/UNIRIO, Renan Moutinho, que é professor do Programa de Relação Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca⁴ (PPRER/CEFET/RJ).

O presente artigo é assinado por duas das pessoas integrantes do Coletivo, muito embora não fale em nome dele. Mais do que descrever a disciplina em si, nos interessa discutir o processo de disputas que levam ao surgimento de tal disciplina. Nos interessa pensar o caráter colonial e racista, não só da instituição em questão – o IVL –, mas deste mesmo espaço enquanto um exemplo de processos que se realizam em diferentes espaços universitários de formação em música. Interessa-nos tratar do conjunto de debates realizados em diferentes disciplinas do PPGM/UNIRIO a respeito de seu caráter eurocentrado e epistemicida, bem como o caráter propositivo de tais abordagens que, ao fim, trazendo um conjunto de bibliografias, conceitos e perspectivas que, quando não ausentes, ainda são pouco

¹ Licenciatura em Música e Bacharelados em Música - Instrumentos e em Música Popular Brasileira.

² Nome artístico de Luiza Nascimento Almeida

³ Nome artístico de Thiago de Souza Borges.

⁴ Renan passou a integrar o coletivo tardiamente, mas participa como um dos professores convidados e deu importantes contribuições ao coletivo e à disciplina desde seus processos iniciais.

conhecidas e exploradas, resultou no convite para a elaboração da disciplina. E, por fim, nos interessa refletir sobre a enorme procura de pessoas de dentro e fora do IVL, revelando, por um lado, o grande vácuo no Instituto, no sentido de produzir espaços de reflexão a respeito do conjunto de temas abordados na disciplina; e, por outro, o enorme interesse pelo tema.

Pensar o imenso silêncio instaurado em um Instituto de ensino de música em relação às temáticas ligadas às relações raciais faz ressaltar que tal silenciamento do debate está ligado ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002; 2022). Pensaremos tais silenciamentos focados em exemplos ocorridos em aulas do PPGM/UNIRIO⁵.

Pacto Narcísico da Branquitude

Para elaborar reflexões sobre a branquitude, iremos tomar por base duas autoras: Maria Aparecida Bento e Lia Schucman. Iniciamos buscando definir o que seja “branquitude”. Muito embora tratada por alguns autores como algo mais ligado a uma “identidade branca”, o que se entende aqui por branquitude está relacionado a lugares de privilégio e poder (Bento, 2022). Ou seja, o que nos interessa é reconhecer e pensar os privilégios e cumplicidades dentro de tal dinâmica (Bento, 2014b). É no sentido de analisar aqueles que exercem o papel de opressores dentro das relações raciais que atuam os estudos da branquitude (Schucman, 2012, p. 22). Segundo Lia Schucman:

“[...] podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade.”. (Schucman, 2020, p. 71)

Ou seja, há um sistema de privilégios que, de várias maneiras, favorece indivíduos brancos e impede a ascensão de sujeitos negros. Tal sistema opera sem que as pessoas brancas tenham consciência dele. Tal falta de consciência, está atrelada ao que Maria Aparecida Bento chama de “pactos narcísicos” (Bento, 2002; 2014a) e que Schucman, em diálogo com a obra de Bento, descreve como:

⁵ Evitaremos expor nomes de docentes, em primeiro lugar por questões éticas e, em segundo lugar por entender que o debate não deve se ater a condutas individuais, sendo mais importante entender tais condutas como sintomas que revelam o funcionamento sistêmico institucional e seus desdobramentos.

“[...] alianças inconscientes, intergrupais, caracterizadas pela ambiguidade e, no tocante ao racismo, pela negação do problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaços de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social.” (Schucman, 2020, p. 70-71).

Um importante fator no sentido da falta de reflexão das pessoas brancas a respeito, não só dos seus privilégios, mas, principalmente, dos processos que mantêm tais privilégios, segundo aponta Cida Bento, é a “vergonha”. O sistema de reprodução das relações de poder que, no plano institucional, sejam instituições públicas ou privadas, mantém e reproduz um perfil homogeneamente branco e masculino, principalmente nos quadros de lideranças, advém de privilégios “herdados” pelas pessoas brancas do período escravista (Bento, 2022).

O que se pretende apresentar aqui como “herança”, não se refere a elementos estáticos herdados como imóveis e outros bens, mas sim a um processo dinâmico que se adapta e reinventa permanentemente no sentido de manter e reforçar privilégios brancos. Os “herdeiros” brancos são, não só beneficiários, mas também cúmplices e reprodutores de tal processo. Ou seja, é uma “vergonhosa” herança dos beneficiários da “dialética do senhor e do escravo” e das consequentes reformulações de mitos raciais que, além dos “resíduos da superestrutura escravista” (Moura, 2019, p.39), procuravam criar formas de controle e manutenção da subalternidade após o fim do sistema escravista.

O que vai se tornando evidente é que o funcionamento “normal” das instituições é o de reprodução de suas práticas racistas, não sendo possível pensar em nenhum tipo de neutralidade. De tal forma que o que existe é uma falaciosa “neutralidade racial, construída socialmente com objetivo de manter a suposta superioridade meritocrática de brancos sobre negros.” (Bento, 2002, p. 165). Recorrendo a um diálogo com a obra de Silvio de Almeida sobre Racismo Estrutural (Almeida, 2020) e com Cida Bento (2014a), Thiago Borges (2023) diz:

Silvio de Almeida resalta a dimensão do “poder”, que é um elemento constitutivo, não só das relações raciais entre indivíduos de uma raça sobre outros, mas, sim, de um grupo sobre outro, sendo tal imposição possível graças ao aparato institucional. Por isso, o elemento inconsciente de tais alianças é da maior gravidade e possui efeitos estruturais e institucionais. Conforme aponta Almeida, as instituições, se nada fizerem para combater as desigualdades raciais, acabam se tornando reprodutoras dos privilégios e violências racistas. Ou seja, a falta de consciência das camadas brancas sobre o racismo provoca a reprodução, por parte das instituições, do racismo presente na sociedade. De forma que, o racismo da sociedade, bem como a sua reprodução por parte das instituições, fazem, ambos, parte de uma mesma estrutura racista (Almeida, 2020, p. 46-48).

[...]

Ou seja, a neutralidade da branquitude, possibilitada pelos pactos narcísicos, dentre outras formas, se manifesta pelo racismo institucional, componente fundamental do racismo estrutural, revelando as implicações materiais de aspectos, muitas vezes, entendidos como meramente subjetivos. Mesmo quando pessoas brancas consideradas progressistas se propõem a discutir o racismo, muitas vezes “esperam abordar uma opressão que ‘está lá’ na sociedade, e não em algo que as envolva diretamente, ou que envolva a instituição da qual fazem parte” (Bento, 2014a, p.148) (Borges, 2023, p.65).

Colocado tal conteúdo, que norteia e oferece um referencial teórico fundamental para os debates que se seguem, pretendemos refletir criticamente a respeito de fatos ocorridos em aulas do Programa no contexto em que a disciplina do Coletivo foi criada. Em especial, trataremos de uma disciplina que, colecionando ocorridos emblemáticos, será aqui tratada como uma espécie de estudo de caso.

A Linha Sonora de Cor

Iniciaremos tal discussão trazendo um texto sugerido em uma aula da disciplina citada que em muito contrasta com a grande parte dos demais. O texto proposto foi o capítulo introdutório do livro “*The Sonic Color Line: Race and the Cultural Politics of Listening*” de Jennifer Lynn Stover (2016). Ele apresenta alguns elementos que nos parecem interessantes disparadores para os debates que pretendemos introduzir. Propondo pensar sobre escuta, raça e poder, a autora lança reflexões sobre o som e a escuta.

Em diálogo com a obra de W. E. B. Du Bois (2014), ela apresenta a ideia de uma “linha de cor sonora”⁶ – que teria começado logo após a guerra civil dos Estados Unidos – tratando do emaranhamento histórico existente entre a supremacia branca estado-unidense e a escuta, e que atravessa processos de controle e de silenciamento dos “perigosos sons negros”. Entendendo, portanto, o som como um modo de reprodução, aprendizado e resistência a identidades raciais impostas e às estruturas de violência racistas. Argumenta, assim, que, em uma sociedade construída por base na “visão”, o som é um importante caminho de contestações e proposições epistêmicas. De forma que, longe de ser a oposição da visualidade, na qual a categoria “raça” se construiu, o “som” é um elemento importantíssimo

⁶ Tradução nossa.

em tal processo de racialização. Conforme argumenta a autora, o som representaria um conjunto de relações raciais e um médium para os discursos raciais, de forma que tal “linha de cor sonora” reforçaria (ao lado da visualidade) as hierarquias raciais entre negros e brancos. (Stoever, 2016).

A proposta da autora é mais bem entendida a partir de um acontecimento anedótico que ela narra. Em seus processos de escrita, muitas vezes em cafeterias, era comumente interpelada por pessoas que vinham questionar como ela, uma mulher branca nascida após a guerra civil, teria a capacidade de escrever um livro sobre raça e som. O que ela poderia entender sobre raça? E, por fim, como alguém seria capaz de “ver” a raça no som, se não era possível ver o som? A resposta dela era a de que, na verdade, ela estava escrevendo um livro sobre “escuta”, sobre como “ouvia-se a raça”. Tratava-se, portanto, de identificar o imaginário sonoro construído sobre os negros (incluindo linguagem, gírias, sotaques, etc.) enquanto uma alteridade e do policiamento dessas mesmas práticas sonoras. Ao passo que, a branquitude, como de costume, se fazia “invisível” – nesse caso, inaudível – (Stoever, 2016, p. 8-12). Assim, a autora elabora a sua maneira de pensar a escuta em relação com a teoria da disciplina de Michel Foucault e com “a maneira como o próprio corpo é investido nas relações de poder.” (Stoever, 2016, p. 14).

Esse largo conjunto de reflexões trazidas por Stover remetem a muitas discussões interessantes, entre elas, aquela trazida por Marcos dos Santos Santos que, em sua tese de doutorado, também em diálogo com a obra de Foucault, propõe pensar o “bataque” enquanto um “dispositivo de racialização” (Santos, 2020), ou seja:

[...] um instrumento de exercício de poder que reforça hierarquias que, ao mesmo tempo, atuam ligando simbolicamente a palavra bataque à figura do negro e reforçam um lugar de inferioridade dessas manifestações sonoras frente a outras manifestações associadas ao branco. Ao mesmo tempo, Santos apresenta o bataque, em sua trajetória histórico-diaspórica no território brasileiro, como uma prática sonora carregada de sentidos políticos, sociais e religiosos. Apresenta também as muitas estratégias de negociação através das quais a população negra escondeu e/ou diluiu tal riqueza simbólica na cultura do colonizador criando híbridos que tivessem maiores possibilidades de escapar das perseguições (Santos, 2020) (BORGES, 2024).

A proposição deste autor é fundamental para se pensar os processos de “racialização” da escuta no contexto histórico-social brasileiro.

Retomando o texto de Stover (2016), a pesquisadora apresenta uma importante dicotomia na qual, por um lado, ressalta-se o potencial político das sonoridades no papel de

resistência às identidades raciais impostas e às violências raciais; por outro, ela destaca o “silenciamento” das sonoridades negras. Apresentam-se aí, em linhas cada vez mais bem definidas, os contornos do que veio a ser o efeito devastador de tal silenciamento. Para retirar o debate do contexto estado-unidense e trazer para o contexto brasileiro, vamos recorrer ao importante sociólogo Clóvis Moura.

Em seu livro, *“Dialética Radical do Brasil Negro”* (Moura, 2020) e em *“Quilombos: resistência ao escravismo”* (Moura, 1993), ele faz uma análise dialética da história escravagista do Brasil e de suas consequências, dividindo tal período em duas fases, que seriam o “escravismo pleno” (1550, até aproximadamente 1850⁷) e “escravismo tardio” (1851-1888) (Moura, 2020, p. 40). Apresenta-se, assim, um “modo de produção escravista”, que tem nas contradições entre “senhor e escravo” a sua dicotomia inerente e impulsionadora da dinâmica social (Moura, 2020, p. 33) que cria uma “racionalidade interna do escravismo” desenvolvida a partir da “dominação econômica” e “extraeconômica” compreendida a partir da totalidade dos elementos dessa estrutura (Moura, 2020, p. 41-42). De tal forma que a “essência dialética” de tal modo de produção, está centrada nas relações entre a classe senhorial – a opressora (proprietária dos meios de produção, o que inclui as próprias pessoas escravizadas) –, e a classe oprimida mais importante, ou seja, a “classe escrava” (Moura, 1993; Moura, 2020). Da mesma forma, as dinâmicas de tal sistema de produção, bem como os elementos para a sua superação estrutural, estavam, justamente, no conflito entre essas duas classes principais.

Para compreender a racionalidade que se desenvolve através da dominação econômica e extraeconômica no modo de produção escravista temos de dirigir a nossa ótica não para o comportamento bom ou mau dos seus agentes principais – senhores e escravos –, mas para a totalidade do comportamento dos componentes da sua estrutura, isto é, valores sociais e instrumentos materiais que garantiam seu equilíbrio através da coerção extraeconômica como: o tronco, a gargalheira, o anjinho, o açoite, a prostituição forçada, a desarticulação familiar, a cristianização compulsória, a etiqueta escrava em relação ao senhor, o homossexualismo imposto⁸,

⁷ Lei Eusébio de Queirós, um importante marco histórico que tornou ilegal o tráfico de pessoas escravizadas. Outras importantes medidas nesse sentido já haviam sido tomadas tais quais: o Tratado Anglo-português de 1815, o Anglo-brasileiro de 1826 e a Lei de sete de novembro de 1831, primeira lei nacional proibindo o tráfico, vulgarmente conhecida como “lei para inglês ver”, importante pivô de discussões a respeito da legalidade da escravidão brasileira no século XIX e argumento fundamental usado por advogados abolicionistas, a exemplo de Luís Gama, levando ações de liberdade para os tribunais (Mamigonian; Grinberg, 2018).

⁸ Parece-nos importante aqui destacar que ao falar de “homossexualismo imposto”, Clóvis Moura se refere aos estupros, promovidos por razões recreativas ou punitivas. Tal violência era exercida contra homens escravizados, mas, ainda mais rotineiramente, às mulheres em igual condição reificada. O estrago psicológico e o efeito de desumanização de tal violência, dentro daquele contexto específico, têm camadas distintas entre vítimas de diferentes gêneros, não cabendo aqui, porém, nenhum tipo de hierarquização entre elas.

a tortura nas suas diversas modalidades; e, por outro lado, os fatores extralegais de desequilíbrio dessa racionalidade como: a desobediência do escravo, a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombismo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava, o infanticídio do recém-nascido, os métodos anticoncepcionais empíricos e a participação do escravo em movimentos da plebe rebelde (Moura, 2020, p 42).

Concomitantemente, coexistindo com as diversas ferramentas de enfrentamento elencadas acima, as culturas africanas dominadas foram reelaboradas como “cultura afro-brasileira de resistência” (Moura, 2020, p 209).

Assim, dentro da proposta marxista de Clóvis Moura, pensando a “dialética do senhor e do escravo” como o elemento central da estrutura do modo de produção escravista, e que teria, com base no racismo, um papel fundamental nos processos de estratificação social pós-abolição. E, por consequência, nas práticas culturais negras enquanto “culturas de resistência”; percebe-se um paralelo com as proposições de Stover (2016), destacando, essa autora, o papel do “som” e da “escuta” em tais práticas de resistência.

Por fim, a autora trata do tema da “branquitude” e da capacidade de criar alteridades sem observar a si mesmo. Sobre tal tema, trataremos adiante, principalmente no papel dessa mesma branquitude na (re)produção do “racismo institucional”.

Pacto da Branquitude e Silenciamentos

No primeiro semestre de 2023, foi elaborada no PPGM/UNIRIO uma disciplina comum a todas as linhas de pesquisa. Ao longo da disciplina que, em sua proposta, era bastante “aberta” no sentido de que os diversos professores convidados poderiam propor qualquer tipo de tema ligado a uma temática bastante ampla: a “voz”. Ocorreu uma grande concentração de abordagens centradas em vanguardas europeias, principalmente entre o final do século XIX e início do século XX. Tais abordagens pouco historicizavam as obras e correntes artísticas abordadas, se concentrando, em geral, no debate estritamente estético.

Tal recorrência temática, somada a uma ausência completa de culturas africanas e da pouca ocorrência de discussões sobre culturas afrodiaspóricas, levou a um questionamento feito pela aluna Luiza Nascimento que, diante de uma disciplina que se propunha a falar de “vozes”, destacou a ausência das “vozes” negras em um sentido amplo. Tal provocação

resultou em um acalorado debate e é a respeito dos apontamentos de Luiza que iremos desenvolver algumas reflexões, considerando o debate subsequente.

Retomando a discussão de Stover (2016) sobre os sentidos políticos do som e da escuta, é evidente a gravidade de termos, em uma disciplina da pós-graduação em Música, um enorme conjunto de aulas que trata de questões estéticas, e reflexões filosóficas a elas atreladas, sem dar a devida atenção, quando não ignorando por completo, aos contextos sociais e históricos de produção dessas obras bem como a maneira como as escutamos.

É importante que façamos perguntas como: são produzidas no continente que produziu e protagonizou a colonização, o imperialismo e a escravidão? Em qual momento histórico? Quais disputas estavam em jogo? Se produzidas no Brasil, foram em qual contexto? Quais eram as disputas presentes ali? Como interferem e dialogam com as produções de identidade nacional, o mito da democracia racial e outros elementos centrais e fundantes de nossos processos históricos? Como as relações raciais interferem nas relações de trabalho nas quais tais obras foram produzidas? Como interferem em nossa escuta?

Além dos questionamentos acima – e tantos outros possíveis –, o fato de obras, autores e determinados debates serem apresentados sem maiores contextualizações parece partir da ideia de que o alunado conhece ou, pelo menos, deveria conhecer e ter algum nível de “intimidade” com tal repertório. Ou seja, que isso deveria ser de conhecimento comum e, portanto, canônico. Cria-se uma desproporção tremenda entre, de um lado, repertórios bastante específicos de vanguardas e da música erudita europeia, e, de outro, musicalidades brasileiras, principalmente as relacionadas às culturas afrodiaspóricas que, ainda quando foram citadas, raramente foram tratadas em suas complexidades, significados políticos, questões ligadas às relações desiguais de poder, e, principalmente, às relações raciais.

Ainda mais grave é a falta de pluralidade epistemológica. Ou seja, ainda quando artistas e musicalidades negras aparecem em debate, são tratados como objetos de análise a partir de uma racionalidade bastante eurocêntrica, mantém-se aí uma alteridade que reforça as hierarquias raciais⁹ que são, por definição, o próprio racismo manifestado ali no plano institucional.

⁹ Tal hierarquização é justamente a definição do conceito de racismo, não em termos legais, mas sim, em termos sociológicos. Trago aqui as palavras do professor Kabengele Munanga a respeito do tema: “Criado por volta de 1920, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo.

Um exemplo anedótico de tal argumento está no fato de que, em uma das aulas da disciplina, uma das professoras, perguntou o tema de pesquisa de cada um dos alunos e, ao ouvir que o tema de uma das pesquisas era afrofuturismo, entendeu se tratar de “afrofuturismo”, achando muito interessante a proposta. Ao ser corrigida, e ouvir corretamente qual era o tema em questão, não teve outra saída que não perguntar: “– O que vem a ser esse tal de afrofuturismo?”. É, desse modo, evidente que existe um cânone e, o tal “afrofuturismo”, assim como diversas musicalidades negras, estão ausentes dele. No que depender do atual formato do PPGM/UNIRIO, seguirão se formando doutores em Música – os futuros professores do IVL – que podem atravessar mestrado e doutorado sem nunca tomar contato com tais saberes. Sem, por exemplo, nunca ouvir falar, ler ou conhecer minimamente algo sobre musicalidades e epistemologias africanas ou indígenas, embora conheçam os mais variados movimentos de vanguarda europeia.

Ao propor uma disciplina na qual o corpo docente pode selecionar entre seus campos de pesquisa e de interesse uma temática para preparar uma aula, o caminho mais esperado é que algo assim se dê. A tendência das instituições é reproduzir as relações de poder da sociedade. A chave para pensar tal processo se dá a partir dos debates sobre “branquitude”, “pacto narcísico” e “racismo institucional”. Como afirmou Silvio de Almeida (2020), em citação anterior, se nada fizer em sentido contrário, as instituições reproduzem as relações raciais. Tal debate é mais do que urgente e sua importância já foi reconhecida pelo próprio colegiado, como indica uma nota elaborada pelo próprio, intitulada “*Nota do Colegiado do Instituto Villa-Lobos sobre racismo estrutural e eurocentrismo em seus Cursos*” que assim diz:

O colegiado do Instituto Villa-Lobos (UNIRIO), em reunião extraordinária realizada nos dias 8 e 22 de Janeiro de 2021, após uma série de debates com convidados nacionais e internacionais, e em sintonia com as reivindicações feitas pelo corpo discente, decidiu vir a público para reconhecer que, apesar dos

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (Munanga, 2004, p. 24).

importantes avanços das últimas décadas, os cursos de música oferecidos ainda são marcados por um forte eurocentrismo, refletindo o racismo estrutural que, historicamente, tem caracterizado a sociedade. Valorizando a luta pela justiça social, o respeito às diferenças, a pluralidade de ideias e reconhecendo a importância do trabalho crítico com diferentes epistemologias e legados histórico-culturais dentro do contexto da universidade pública brasileira, este colegiado se compromete, a partir do diálogo fundamental com as(os) discentes e a sociedade em geral, a promover mudanças concretas, a curto, médio e longo prazo, nos currículos e, de forma mais ampla, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão¹⁰.

O curioso é que, sendo confrontados com tais questões, alguns membros do corpo docente assumem o problema e dizem que decorre de suas formações eurocêntricas, não sendo possível, portanto, devido ao seu próprio desconhecimento, propor outros caminhos temáticos e epistemológicos. O que parece não perceber é que, reproduzindo as mesmas lógicas e hierarquias, estão operando no sentido de que os futuros professores doutores que os sucederão tenham tido formação similar e repitam as mesmas práticas. Ou seja, atuam na manutenção da instituição tal como está. E, mais do que isso, estão (re)produzindo práticas racistas. Não havendo neutralidade possível, o racismo institucional se manifesta também na escolha de debates, bibliografias, repertórios e epistemologias. São práticas que mantêm e reforçam os lugares de privilégios e fazem com que o corpo discente do PPGM não reflita a demografia racial da sociedade na qual está inserida. Além disso, reforça a tendência de manter a avassaladora ausência de pessoas negras no corpo docente.

Uma mudança real exige o compromisso de todo o corpo docente com transformações profundas e radicais. Mas isso se torna difícil na medida em que as críticas que apontam tais problemas são, muitas vezes, ouvidas como uma acusação pessoal. Como se o docente estivesse sendo chamado de “racista”. Demonstrando, assim, uma falta de contato com a vasta bibliografia que discute as relações raciais no Brasil que costumam convergir para o entendimento de que o problema racial em nossa sociedade não é gerado (grosso modo) por pessoas que declaram não gostar de pessoas negras e proferem discursos supremacistas brancos. O problema é, antes, ligado a uma socialização racista comum a todos.

Ou seja, não se trata de apontar quem é ou não racista. Tão pouco é o caso de pessoas brancas correrem para se afirmar como não racistas. O ponto realmente relevante é cada pessoa branca identificar em si os elementos racistas de sua construção subjetiva; pensar suas condições de privilégios e vantagens sociais enquanto pessoa branca; observar como suas

¹⁰ Disponível em: <http://www.unirio.br/proreitorias/cla/ivl/news/nota-do-colegiado-do-instituto-villa-lobos-sobre-racismo-estrutural-e-eurocentrismo-em-seus-cursos>. Acesso em 13/12/2024.

práticas (re)produzem ou deixam de enfrentar esse mesmo sistema do qual é beneficiária; observar como suas falas e ações (re)produzem imagens e ideias degradantes a respeito das pessoas negras. É importante observar que todo esse conjunto citado não passa necessariamente pela intenção de ser um agente (re)produtor do racismo, pelo contrário, para tal, basta a falta de consciência a respeito do papel social e político que cada pessoa branca ocupa e exerce.

A falta de compreensão de tais perspectivas básicas faz com que essas mesmas pessoas brancas se apressem em citar os mais esdrúxulos exemplos para provar o seu “não racismo”. É assim que essas mesmas pessoas recorrem a “argumentos” do tipo: “Sou amigo/a de fulano”, “trabalhei com ciclano”, “minha família é misturada”, “minha avó era negra”, “eu sou do candomblé”, “eu frequento escola de samba”, etc. Tal linha argumentativa, na prática, só serve para esvaziar o debate, de forma que, ao invés de uma reflexão complexa e profunda sobre os processos operados pelo racismo estrutural, o que se realiza é uma conversa sobre o quanto a pessoa branca em questão não é racista e o quão difícil é, para ela, participar desse tipo de discussão. Tal processo é tão infrutífero e desgastante que faz com que pessoas negras acabem, muitas vezes, deixando de abordar tais questões e levantar tais debates. Ou seja, existe um silenciamento. Quando se pensa em tais processos dentro do contexto das aulas do PPGM/UNIRIO, devem-se acrescentar aí as disparidades das relações de poder postas, não só pela relação professor-aluno, mas também pela assimetria racial entre os alunos negros e professores brancos.

Silenciamento é precisamente um dos pontos centrais do livro de Grada Kilomba “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”. Ao abordar tal questão, a autora traz a impactante imagem da “Escrava Anastácia”¹¹ (Kilomba, 2020). Em uma disciplina construída em torno da “voz” e onde, de muitas formas, as vozes negras estiveram (em larga medida) ausentes, cabe trazer as indagações provocativas trazidas por Grada a respeito do silenciamento.

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. Verdades que têm sido negadas,

¹¹ Retrato feito pelo pintor francês Jacques Arago, entre 1817 e 1818, de uma mulher negra escravizada que usava uma máscara cobrindo sua boca. Não existe uma história oficial dessa mulher que foi batizada com o nome de Anastácia, mas ela tornou-se uma figura icônica para o mundo africano e afrodiaspórico, tanto politicamente quanto para as espiritualidades de matriz africana (Kilomba, 2020, p.35-36).

reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (Kilomba, 2020, p. 41)

Kilomba segue afirmando que o “medo branco” de ouvir as revelações que poderiam vir da fala do “sujeito negro” poderia ser articulado com a noção freudiana de “repressão”, que se trata de afastar-se de algo indesejável, mantendo esse elemento indesejado distante do consciente. De forma que verdades indesejáveis, por causarem ansiedade, culpa ou vergonha, são mantidas inconscientes (Kilomba, 2020). Porém, a culpa e a vergonha podem ser entendidas como estágios pelos quais o sujeito branco precise passar. Assim, Kilomba traz um discurso público de Paul Gilroy no qual o sociólogo afirma que, para ser capaz de ouvir, o sujeito branco precisa superar cinco diferentes mecanismos de defesa do ego, que seriam: “negação”, “culpa”, “vergonha”, “reconhecimento” e, por fim, a “reparação”¹² (Kilomba, 2020, p.41-43). Esta autora vai fazer uma descrição de cada uma dessas etapas e, aqui, destacamos um pequeno trecho do que ela diz a respeito da culpa:

Culpa é vivenciada em relação a um ato já cometido, ou seja, o racismo já aconteceu, criando um estado emocional de culpabilidade. As respostas comuns à culpa são a intelectualização ou racionalização, isto é, a tentativa do sujeito branco de construir uma justificativa lógica para o racismo; ou descrença, assim o sujeito branco pode dizer: “Nós não queríamos dizer isso nesse sentido,” “você entendeu mal,” “para mim não há negras/os ou brancas/os, somos todos humanos.” De repente, o sujeito branco investe tanto intelectual quanto emocionalmente na ideia de que a “raça”, na verdade, não importa como estratégia para reduzir os desejos inconscientes agressivos em relação às/aos “outras/os”, bem como seu sentimento de culpa (Kilomba, 2020, p.44-45).

Para que seja possível vislumbrar um horizonte no qual as mudanças urgentes sejam postas em curso, é crucial que o corpo docente, como um todo, supere as fases da negação e da culpa e avance no entendimento de sua própria ação na perpetuação do problema que já foi reconhecido pelo próprio colegiado. Arelado ao estudo da vasta produção intelectual sobre relações raciais, outro caminho que pode ser importante para o curso docente é o do “letramento racial”, proposição da antropóloga France Winddance Twine na qual os sujeitos brancos, no processo de desconstrução do racismo presente em suas identidades brancas,

¹² Proposta similar, baseada em estágios de desenvolvimento de uma identidade racial branca no sentido de ser tornar não racista foi elaborada por Janet Helms que identifica seis etapas: contato, desintegração, reintegração, falsa independência, imersão/emersão e autonomia. (Bento, 2014a, p. 43-45)

percebem a si mesmos como racializado, produzindo novos sentidos e desidentificando brancura de branquitude (Schucman, 2020).

Aquilombamento

Os relatos e debates acima fornecem uma boa amostra da urgência de um aquilombamento¹³ no Instituto. Aquilombar é uma questão de fortalecimento político; cuidado com a saúde mental de pessoas atravessadas pelo racismo; a ampliação do repertório de práticas sonoras e de bibliografias no sentido de seu enegrecimento¹⁴; levar para o ambiente universitário um conjunto de saberes que ali estão ausentes; montar um curso com uma enorme presença negra no corpo discente e quase totalidade no corpo docente, só pode ser entendido como um aquilombamento. Mas como nasce esse aquilombar?

Trata-se de uma “confluência” (Santos, 2023a; 2023b) de muitos rios e muitas águas. Trata-se, primeiramente, do encontro de lutas individuais de pessoas negras que, ao longo de suas trajetórias de vida – que inclui, mas não se resume à – vida acadêmica, precisaram enfrentar a branquitude; provar a validade de suas pautas; a relevâncias de suas sonoridades e autores; precisaram, enfim, apontar o racismo operado por uma branquitude que teima em fingir não perceber os efeitos de suas ações.

Tal convergência se concilia com ações de pessoas brancas aliadas que, privilegiadas pela própria branquitude e participantes do reduzido grupo de participantes do corpo docente, questionam esta mesma estrutura de poder e propõem mudanças, desafiando o esquema de cumplicidade instaurado.

Em tal estado de coisas, duas propostas convergem¹⁵. A proposta do grupo de pesquisa denominado “Outras Vozes”, coordenado pelo professor Vincenzo Cambria, no qual se debatia a importância da criação de uma disciplina que discutisse relações raciais e música. E o convite feito pela professora Inês Rocha ao aluno Thiago Borges para elaborar uma disciplina sobre relações raciais após uma exposição do mesmo em uma aula de uma disciplina ministrada por ela e outra professora do Programa, Silvia Sobreira. Tal

¹³ Tal noção dialoga com o conceito de “quilombismo” de Abdias Nascimento (Nascimento, 2019, p. 281).

¹⁴ Aqui entendo como inclusas as pessoas que foram entendidas como “negras e negros da terra”, ou seja, os povos originários.

¹⁵ Em consonância também com iniciativas como o Coletivo Mwanamuziki, encontro de saberes e do quilombo do pensamento negro.

convergência gerou a ideia de uma disciplina que fosse coletivizada entre as pessoas que estavam, enquanto corpo discente, se expondo e travando tais debates em diversos espaços da instituição.

Assim, surgiu a disciplina que tem na coletividade e no protagonismo negro os seus pilares, o que justifica a propriedade do título. Percebendo-se enquanto coletivo já existente e operante, os estagiários docentes resolveram formalizar tal agrupamento nomeando-se “Coletivo Negro Elza Soares” e, posteriormente, “Coletivo Negro e Grupo de Pesquisa Elza Soares”.

A disciplina foi divulgada nas redes de contatos dos integrantes do Coletivo e o resultado foi surpreendente. Um auditório lotado, com um público majoritariamente negro que incluía, além dos alunos da graduação e pós-graduação do IVL, alunos de outros cursos da própria UNIRIO ou de outras instituições, vindos de cursos como Ciências Sociais, docentes ou pós-graduandos de outros cursos ou instituições, além de pessoas sem vínculos institucionais que participam presencialmente ou no formato remoto.

Além das aulas ministradas pelos membros do Coletivo, um conjunto de intelectuais, pesquisadores e artistas foram convidados a ministrarem aulas, fazendo da disciplina um complexo e rico caleidoscópio de saberes, criações, reflexões, epistemologias oriundas e/ou referenciadas em populações e culturas negras africanas ou afrodiaspóricas.

Infelizmente, como era de se esperar, uma ação contra-hegemônica que tem por natureza um caráter de desafio a um dos principais pilares de sustentação institucional acadêmica – ou seja, a branquitude e seu pacto narcísico – gerou inúmeras críticas e incômodos e pagou um preço por isso. Algumas alianças com a branquitude demonstraram sua usual fragilidade. Parte daqueles que se anunciam antirracistas, portanto, aqueles que afirmam romper com o “pacto narcísico” ou, para usar os termos de Charles Mills, aqueles que, apesar de não “signatários” do que ele nomeia de “contrato racial”¹⁶, são “beneficiários”

¹⁶ O “contrato racial” é uma teoria elaborada pelo filósofo negro jamaicano Charles Mills que denuncia um “mal-estar” civilizatório gerado ao longo dos últimos quinhentos anos pela dominação europeia e a gradual ascensão de um sistema político não nomeado pelos teóricos brancos, a “supremacia branca”. Tal sistema, a “supremacia branca global”, estrutura as regras formais e informais, privilégios socioeconômicos e até mesmo direitos e deveres. De tal forma que, se contrapondo ao “contrato social” – e estando, portanto, como o declarado pelo próprio Mills, localizado, “orgulhosamente na longa e honrosa tradição da teoria oposicional negra, a teoria daqueles a quem foi negada a capacidade de teorizar, as cognições de pessoas que rejeitam sua subpessoalidade oficial” (Mills, 2023, p.183) –, que sustenta a ideia de que o a legitimidade do governo seria afiançada pelo consentimento entre indivíduos considerados iguais, Mills afirma que o contrato racial é realizado entre os brancos, os racialmente homogêneos, e sustentado pela violência racial destinada aos demais, ainda que se apresente como um “contrato ideal” e “supostamente neutro” (Carneiro, 2023, p.33-38).

do mesmo (Mills, 2023, p.43-44) no auge de sua posição superiormente assimétrica no conjunto de relações de poder postas, decidem o que é ou não recomendável em termos de ações e posicionamentos dos negros que buscam assumir protagonismo. Ora, tal atitude se revela no tom condescendente que busca definir e “ensinar” como devem agir. Ora, a ação se mostra mais contundente e vem em forma de censura ou condenação.

Como afirma Sueli Carneiro, o negro é, assim, o indivíduo a “ser corrigido”. Não é preciso explicitar as razões para tal correção e nem abrir o direito de defesa, já que o negro é aquele a quem a presunção de culpa é cabida. Segundo a autora, “é isso que autoriza qualquer branco a sentir-se especialista em negro e nas relações raciais, bem como estar à vontade para vocalizar o que seja melhor, ou o que melhor convém para o negro” (Carneiro, 2023, p.124-125). O preço pago por aqueles que ousaram “escapar da vigilância e driblar os interditos” é o constrangimento, a demonstração de sua inadequação e, no limite, não raro, o seu “assassinato moral” (Carneiro, 2023, p.131).

Houve um ato disruptivo, a respeito do qual não cabe entrar em detalhes por dois motivos. O primeiro é que a intenção não é expor um indivíduo ou conjunto de indivíduos, mas sim de tratar de um problema sistêmico. O segundo é que as razões não foram devidamente debatidas ou sequer explicitadas ao próprio Coletivo – o que nos parece extremamente sintomático e em infeliz sintonia com as reflexões de Carneiro (2023). Tal rompimento, além de inviabilizar a continuidade do projeto no semestre seguinte, ainda que não caiba entrar em maiores detalhes pelos motivos já expostos, no entendimento desta dupla de autores – que não fala em nome do coletivo como um todo – diversos elementos violentos foram gerados, que em muito se distanciam de qualquer discurso antirracista ou de supostas alianças.

Avaliando as experiências do Curso

A experiência do “Aquilombamento” no IVL/UNIRIO foi muito mais do que uma experiência de “estágio docente”, mas uma experiência de aquilombamento, como o próprio título da disciplina propõe. Ou seja, de acolhimento das demandas silenciadas, reprimidas ou invisibilizadas, na esteira do racismo estrutural histórico tão revelador dessa nação apartada, outrora escravocrata, chamada Brasil, relativas a conteúdos, práticas e, sobretudo,

musicalidades entendidas como inerentes à identidade negra – seja esta africana ou afrodiaspórica.

A importância desse curso, em particular no IVL da UNIRIO, um instituto cuja coordenação e corpo docente até hoje, ao que parece, tem dificuldade de trazer elementos da cultura negra – que representa mais da metade da população brasileira – para dentro de seus espaços, é, sem dúvida, descomunal. E não se trata apenas de falar a respeito e tocar a música preta, tendo como fundamento seus inúmeros contextos, mas de trazer pessoas negras – a começar por nós alunos do doutorado e mestrado – pertencentes a diferentes manifestações culturais afrocentradas para ministrar aulas na UNIRIO.

A disciplina, por seu caráter inédito e “quilombista”, mobilizou uma série de alunos de dentro e de fora da universidade, de perfis variados – e não apenas da música –, que puderam suprir sua carência e curiosidade acerca de temas essenciais para a formação de qualquer cidadão brasileiro, como é o caso do letramento racial, por exemplo. É impossível entender a música no Brasil sem que também entendamos as relações étnico-raciais que permeiam esse universo. Os quatro alunos que se prontificaram a organizar e ministrar aulas na disciplina o fizeram com um empenho coletivo, comunitário, como um grupo que de fato estava tentando construir um espaço inclusivo para a negritude e suas questões culturais e identitárias no interior de uma instituição onde a herança colonial, por razões óbvias, ainda se faz presente – inclusive na composição de seu corpo docente.

O engajamento da turma, nesse sentido, foi um termômetro excelente para que percebêssemos o quão importante foi – e está sendo – o projeto. Para nós, portanto, o estágio docente foi uma experiência incrível. Agradecemos a autonomia a nós conferida pelos professores responsáveis pela disciplina e lamentamos que a continuidade da mesma nesse semestre tenha sido impedida ou protelada por razões que nenhum de nós de fato compreendeu, uma vez que o Aquilombamento, sem dúvida, integra um processo coletivo e afroreferenciado rumo à pluralidade de perspectivas que são reflexo da dinâmica social, e pelo qual, mais cedo ou mais tarde, em menor ou maior grau, as universidades brasileiras terão de passar – sob pena de ficarmos eternamente confinados aos cânones europeus de séculos passados que não contemplam a brasilidade.

Avaliação dos Alunos

Ao final do semestre, os alunos elaboraram e apresentaram seus trabalhos de conclusão, além de preencher um questionário de avaliação da disciplina. Ambos corroboram com a avaliação que está sendo apresentada aqui. A quase totalidade dos trabalhos foi de excelência, tecendo robustos diálogos com os debates e bibliografia do curso. No questionário de avaliação foi muito destacada a importância da disciplina no contexto do IVL e o desejo de que a iniciativa tenha continuidade, sendo ressaltada a sua qualidade.

Um fator negativo apresentado por alguns alunos na avaliação da disciplina – e com o qual concordamos – foi a questão das dificuldades técnicas no que diz respeito ao seu caráter híbrido (presencial e on-line). Houve problemas de conexão, dificuldades com som, com compartilhamento de materiais audiovisuais e pequenos atrasos gerados por conta destas mesmas dificuldades. A questão é de difícil solução por estar diretamente ligado às condições estruturais do IVL que, não possuindo o equipamento adequado para esse tipo de formato, exige que o conjunto de professores – entre estagiários docentes e professores responsáveis – se organize para operar a transmissão virtual com seu próprio material, incluindo celulares e computadores pessoais, que variavam de acordo com a disponibilidade, o que exige uma logística difícil de operar.

Destacamos aqui algumas respostas extraídas do questionário de avaliação:

Como você avalia a organização do curso?

- Muito satisfatória. Acho que podia melhorar a organização online, pensar melhor as aulas pra atenderem ambos formatos. Microfones pra PC pode ajudar muito na comunicação. Pedagogicamente achei bem organizado e dividido.
- Impecável! A organização no drive, a possibilidade de assistir online e o uso do grupo no celular foram fundamentais. A internet ajudou bastante, mas fiquei me perguntando como seria para quem não tem acesso a rede.
- Achei muito bem pensada para a proposta e totalmente coerente com a realidade prática de todos no sentido de que facilitou muito ter aulas presenciais e online concomitantemente.
- Ótima. Adorei o formato de convidados nas aulas e a rotatividade dos professores. Por mais que fossem assuntos diferentes, as conexões entre os temas foi nítida e a multiplicidade de perspectivas enriqueceu demais o curso.

Como você avalia o conteúdo e discussões propostas para as aulas?

Pertinentes, necessárias, obrigatórias. Pra mim deveriam estar a título de conteúdo curricular das licenciaturas de todo país! Conteúdo farto, distinto entre várias áreas relevantes, com a presença de mestres e mestras.

– O conteúdo é um sonho! Na moral mesmo. Tudo que eu sempre sonhei em estudar, discutir, pensar em uma única "matéria". Sei lá! Deveria ter uma faculdade inteira só sobre o conteúdo que abordamos.

– Começar todo o papo como começamos com a escolha de um vocabulário, com os termos adequados, para se pensar e discutir tais assuntos foi bem importante. Achei muito bom começar com o livro do Silvio e depois o da Cida. Tive que ler o livro da Cida duas vezes, pois na primeira leitura eu ficava repetindo: "Opa! Isso não tem nenhuma relação com a música. É muito maior! Este livro é para a vida".

– O conteúdo foi transmitido de forma super leve por todos os professores e convidados. Entendi que todo o conteúdo abordado por cada um dos professores é realmente uma extensão da vida de cada um dos docentes. Senti todos muito empolgados em passar este conteúdo para frente de forma muito generosa.

– Discussões e conteúdos muito pertinentes, que infelizmente ainda não estão consolidados nas grades curriculares de graduação e pós. Foi bastante inovador pros padrões de disciplina das universidades e acho que gerou um precedente excelente para que tenham mais matérias como essa.

– Todos muito pertinentes e atuais, necessários a uma revisão epistemológica de muitas teorias em aplicação. Compreendo que a ideia era um olhar amplo para as questões propostas (que foi muito bem executado), mas manifesto aqui meu desejo em haver uma continuidade desta disciplina enquanto "tópicos especiais" para aprofundamento de algum eixo em específico, principalmente em direção a temática de "práticas sonoras negras" e toda a multiplicidade de sentidos envolvida.

Como você avalia a relevância do curso dentro do quadro de disciplinas do Instituto Villa-Lobos, ou dentro das ofertas da UNIRIO?

– Como eu disse, fundamental. Deveria ser componente curricular, para chacoalhar as estruturas dessa UNIRIO tão conservadora e colonizada

– É preciso ter mais disciplinas como essa e que os professores do Ivl estejam abertos a pensar suas matérias por um outro ponto de vista

– Posso dizer que tenho interesse em fazer o mestrado profissional na UNIRIO junto da faculdade de música e fui parar na turma como ouvinte em busca de um repertório teórico. O curso foi de extrema relevância, pois mais que um repertório para escrever um projeto acabei encontrando milhares de caminhos, possibilidades de estudo, pesquisadores, profissionais, pessoas ... algo realmente gigante. Pode até não dar em nada com relação a vida acadêmica ou no mestrado, mas mudou a minha percepção com relação ao meu trabalho. Quando muda o vocabulário é pq mudou tudo. Neste sentido a proposta de se promover um processo inicial de letramento racial foi incrível e muito feliz.

– ESSA MATÉRIA TINHA Q SER OBRIGATÓRIA!

– O curso por si só já é muito relevante, mas ainda mais dentro do quadro de disciplinas do IVL, principalmente por este ser um espaço hegemonicamente branco e eurocêntrico situado numa cidade com uma cultura tão afrobrasileira como o Rio de Janeiro.

– Fundamental, e acho que pode ampliar ainda mais

– Apesar de não ser aluna da Unirio, sei que foi muito importante pras pessoas dessa instituição. Não é surpreendente que a Unirio preserve bases eruditas, europeias e ligadas à um modelo de ensino preso em cânones brancos, mas é surpreendente que a instituição faça tão pouco pra mudar esse panorama, mesmo com mudanças de pensamento e a entrada de pesquisadores que trazem novas ontologias e epistemologias. Certamente essa disciplina foi um marco

– Uma grande oportunidade poder ter contato com tantos intelectuais negros incríveis, e estar dentro de um ambiente indo de encontro a discussões tão relevantes e conhecer artistas que em outro contexto, não conheceríamos. Super necessário!

– Conheço muito pouco da grade da Unirio (ao menos de música), pela visão da Letras, geralmente conhecemos a Unirio como uma universidade que trata de questões extremamente contemporâneas, donde veio a surpresa de disciplinas como está não serem comuns à grade de música. Avalio a disciplina como de suma importância, seja pela urgência do atravessamento racial nas pesquisas da música, seja pela necessidade universal de reduzir os muros da universidade quanto ao que está sendo efetivamente produzido nas ruas.

– Acho importante demais haver uma disciplina como essa. Fiz licenciatura em música pela UFRJ e não tive nenhuma disciplina que discuta minimamente tópicos sobre letramento racial ou manifestações musicais afrodiaspóricas. Imagino que o caso do Instituto Villa-Lobos não seja muito diferente. Acho importante que haja um contraponto ao restante das disciplinas, que são muito mais focadas em práticas eurocentradas, além de na grande maioria das vezes tirarem completamente da equação as questões de contexto que envolvem as práticas sonoras. Foi muito bom também conhecer a produção de músicos e intelectuais negros que não estão dentro do IVL.

A estrutura híbrida (on-line e presencial) foi efetiva na participação do curso?

– Fundamental, sem ela não teria terminado. Por isso, sugiro incrementar o áudio e imagem compartilhados, para que fique ainda melhor e mais estimulante.

– Foi sim. Eu preferia estar de forma presencial, porém por economia de passagem acabei fazendo grande parte do curso online.

– Para mim foi essencial para que eu pudesse permanecer no curso, achei uma alternativa extremamente democrática e efetiva. Acredito que só precisa ser reavaliada a maneira de transmissão, pois muitas vezes passamos por problemas envolvendo as tecnologias de vídeo e áudio.
Como você avalia a proposta da disciplina e sua relevância em sua pesquisa ou prática musical?

– Eu não tenho palavras pra agradecer por tudo que eu ouvi e aprendi na disciplina. Minha pesquisa dialoga com a educação antirracista e poder ouvir de Lwiza,

Thiago, Pedro, Vilmar, Gleu, Mayombe Andre enfim, foi muito engrandecedor em termos pessoais, bibliográficos e acadêmicos.

– Avalio como relevante tanto para minha pesquisa quanto para minha prática musical e docente.

– Acredito que me mostrou um novo caminho a pensar musicalidade. Eu tinha trancado a faculdade pois não conseguia muito me identificar e foi muito importante pra mim entender que tem como muita coisa ser diferente e que não devemos aceitar tão facilmente o que nos foi imposto como o certo. Há outros caminhos para estudar música no Brasil que não o caminho europeu.

– Eu sinto que encontrei pares. Mesmo que não trocando pessoalmente eu sinto que tem pessoas pensando como eu e com angústias como as minhas. Quando digo pares me refiro a outros artistas, autores, escritores, inventores de instrumentos, músicos, outros povos ... todas as referências apresentadas por professores, alunos e convidados.

– Ainda que não tenha trocado uma ideia ou trabalhado com A ou B pessoalmente todas as informações apresentadas estão guardadas com muito carinho para serem usadas no momento certo. A partir do momento que me foi apresentado uma determinada referência, esta referência passa a me constituir de alguma forma. Se pudesse pesquisava sobre tudo que dito e sobre tudo que foi apresentado. :)

– Na prática! No foco da minha ideia de obter um repertório para justificar uma possibilidade de projeto para o mestrado profissional o curso foi fundamental. Tanto que rescreei várias das minhas propostas não só para o mestrado, mas tb. para editais.

– Tenho me dedicado a escutar todas as referências que foram apresentadas por vocês. Bandas, sons ritualísticos, DJ's, podcast, entrevistas, cultos, funk, melôs, sambas... Um material super rico, super vasto. Não sei dimensionar o tamanho deste impacto ainda.

– Curiosamente passei o curso com uma pergunta na cabeça (não faço a menor ideia de onde veio este questionamento): Quem são as mulheres no Violão de nylon no Brasil? Quais foram e quem são as mulheres negras no violão de nylon no Brasil? Esta pergunta que tem ecoado na minha cabeça só pode ser fruto de tudo que foi visto com vocês. O mais legal é q é uma pergunta que tem total relação com o que estudamos mesmo sem ter se falado sobre isso exatamente. Já pensei até em transformar este tema em uma proposta para o mestrado profissional ... Um livro, uma animação talvez.... Ou seja, acredito em um impacto profundo na minha forma de pensar o universo da música a partir desta vivência como ouvinte junto de vocês.

– Com relação a prática/pesquisa musical estou estudando o JUNGLE (drum and bass) mais do que nunca. É um estilo de música eletrônica que absorveu o samba de uma forma muito rica e acredito que seja possível fazer o mesmo com muitos ritmos afrodiaspóricos. É um som que se desenvolve ali pela década de 90, muita gente preta no rolê, muita influência da música jamaicana ... nos anos 2000 influência do samba ... Um recorte tecnológico muito legal (do vinil até o streaming) ... Ou seja um estilo onde eu consigo ver tudo que foi estudado.

– No contexto de arte e cultura q estamos vivendo é uma proposta q nos coloca em contato com nossa ancestralidade, história e estéticas sonoras

– Indispensável

– É uma proposta digna de expansão e refinamento já os ministrantes do curso e os convidados eram tão plurais quanto necessários para se repensar o paradigma acadêmico. Quanto à prática musical acredito sinceramente que fui incentivado a pesquisar mais por conta própria e ainda ter mais contato com as pessoas envolvidas nesse fazer musical.

– A disciplina superou minhas expectativas, achei o conteúdo muito bem planejado e foram excelentes as participações. Em minha prática musical abriu meus horizontes em relação ao universo que são as culturas e as práticas sonoras negras. E, além disso, foi muito interessante ter essa aproximação com a pós-graduação em Música, despertando meu desejo pela pesquisa.

– Pra mim é de extrema importância pra minha pesquisa

– Achei super relevante pra diferentes áreas e me permitiu somar a pesquisa musical na minha formação em antropologia da arte.

– Pude conhecer mais artistas negros que em outro contexto não conheceria e me inspirar com novas sonoridades, e materiais teóricos que vão embasar futuras pesquisas.

– Minha pesquisa em linguística aborda a relação entre música e política linguística em Cabo Verde. Uma Cabo Verde que em seu primeiro movimento literário e intelectual conflituosamente "negou" África em sua constituição, ainda que não seja tão simples assim. Há, porém, um movimento que aparenta ser coeso na música caboverdiana atual em um retorno a elementos relacionados à africanidade e à negritude. Neste sentido a bibliografia do curso foi essencial (e permanecerá, pois há textos que precisam ser lidos e relidos) no intuito de compreender os elementos envolvidos nas práticas sonoras negras e como eles são incorporados no guarda-chuva da world music.

– A disciplina mudou consideravelmente a forma como eu planejava abordar a temática da minha pesquisa. Me possibilitou ficar mais atento a como as questões raciais estão presentes em todos os âmbitos das relações sociais, e como a compreensão de uma série de questões fica completamente prejudicada se não levarmos essas questões em conta.

Você tem sugestões para futuras edições do curso?

– Considero que poderia ser interessante avaliar a integração com laboratórios de estudos das relações étnico-raciais no Rio de Janeiro.

– Só peço para que não termine esse curso, pois é muito importante para o futuro que a faculdade vai tomar

– Que eu possa seguir como ouvinte! :)

– Uma especialização

– Acho interessante ter mais práticas musicais e artísticas em geral.

– Alguma coisa falando sobre mulheres negras na música. (Brasileira e mundial)

– Continuem o curso como ele foi pensado e mantenham ele íntegro sem dar protagonismo para qualquer branquitude acadêmica individualista, pois como coloca Kwame Ture, é melhor uma revolução do que uma reforma.

– Algo relativo a educação musical , ao teatro musical , a biografias musicais Talvez conversar com outros coletivos negros ou não brancos que tenham feito propostas similares nos seus programas de pós para pegar dicas ou ter um intercâmbio de pesquisadores. Mas o curso foi super completo, claramente pensado e elaborado com muita dedicação. Uma outra ideia talvez fosse a realização de algumas aulas fora da Unirio, se possível. Conversamos com realizadores, pesquisadores e artistas que atuam em espaços de saber fora da universidade, então penso que, se houver condições, aulas lá também seriam importantes, por exemplo em mostras de cinema, atelie ou quilombos em que a presença dos alunos e professores fosse desejada é claro

– Enquanto curso, nenhuma, mas a formação de um Grupo de trabalho ou pesquisa que pudesse manter vínculos entre pesquisadores da temática seria algo sensacional. Para que pudéssemos trocar figurinhas, indicações de leitura e, vez por outra, seminários temáticos para difusão e ampliação das pesquisas.

Conclusão

A única conclusão que poderíamos apresentar ao fim deste trabalho é a urgência de mudanças radicais no IVL. Além de reforçar as hierarquias e assimetrias nas relações de poder geradas pelo racismo estrutural e institucional, os muitos tipos de silenciamento produzem efeitos catastróficos para a saúde mental de alunos negros, sendo mais um fator de afastamento dessas pessoas da Instituição, principalmente no PPGM/UNIRIO.

Propomos aqui um conjunto de ações no sentido de gerar as transformações que o colegiado já reconheceu serem urgentes:

- É fundamental a abertura de uma disciplina de relações étnico-raciais no IVL.
- É igualmente importante um trabalho coletivo de estudo de relações étnico-raciais e letramento racial envolvendo todo o corpo docente.
- Urge repensar os processos de abertura de novas vagas para o corpo docente do IVL. A abertura de vagas individuais inviabiliza o respeito ao espírito da legislação de cotas e contribui para a ausência de professores negros e indígenas no quadro docente.
- Seria importante pensar meios de “enegrecer” o corpo docente do PPGM/UNIRIO, principalmente com pesquisadores ligados aos debates das relações étnico-raciais e estudos sobre culturas indígenas, africanas e afrodiaspóricas.

- É importante a elaboração de modelos nos quais pessoas detentoras de saberes ausentes na universidade possam lecionar com a devida remuneração, mesmo que não tenham titulações acadêmicas.
- Diante da consciência de que não existe neutralidade possível no processo de produção de saberes, nos parece fundamental que em todas as etapas de avaliação de pesquisadores e suas pesquisas (processo de seleção, ensaios, qualificação e defesa), leve-se em conta a capacidade do candidato, mestrando ou doutorando de avaliar os impactos sociais e políticos (dentre eles os atravessamentos das relações raciais), de suas próprias pesquisas.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014a.

BENTO, M. A. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. **Identidade, Branquitude e Negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa**. 6 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014b.

BENTO, M. A. S. **O Pacto da Branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo: Instituto de Psicologia, 2002.

BORGES, T. de S. Carnaval carioca e práxis-sonora: O Batuque Enquanto um Fazer Político Afro-Brasileiro. **Revista Música e Cultura**, [S. l.], v. 13, n. nº.1, p. 107–131, 2024. Disponível em: <https://www.abet.mus.br/wp-content/uploads/2024/01/Carnaval-Carioca-e-Praxis-Sonora.pdf>. Acesso em: xx/xx/xxxx.

BORGES, T. de S. **Na Luta é Que a Gente Se Encontra: uma análise etnomusicológica do Bloco Revolucionário do Proletariado “Comuna Que Pariu!”**. 2023. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2023.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DU BOIS, W. E. B. **The Souls of Black Folk**. South Kingstown, Rhode Island, EUA: Millenium Publications, 2014.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MAMIGONIAN, B. G.; GRINBERG, K. Lei de 1831. **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MILLS, C. W. **O Contrato Racial: edição comemorativa de 25 anos**. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MOURA, C. **Dialética Radical do Negro**. 3a. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP, Brasil: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira) nº 5**, Niterói, RJ, n. 1ed., 2004.

SANTOS, A. B. dos. **A Terra Dá, A Terra Quer**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2023a.

SANTOS, A. B. dos. Confluências Sociais: uma contribuição para o seminário da TM. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: AYÔ, 2023b.

SANTOS, M. dos S. **Perspectivas etnomusicológicas sobre batuque**: racialização sonora e ressignificações em diáspora. 2020. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2020.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2a ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

STOEVER, J. L. **The sonic color line: race and the cultural politics of listening**. New York: New York University Press, 2016(Postmillennial pop).

Thiago de Souza Borges é músico, bacharel em História, mestre e doutorando em Música na linha de pesquisa em Etnomusicologia no Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGM/UNIRIO).

<http://lattes.cnpq.br/8251099184820182>

Luiza Nascimento Almeida [“Lwiza Gannibal”] é artista e pesquisadora. Graduiu-se em Jornalismo pela UFRJ e se tornou mestre e doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, com uma temporada na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Atualmente, é doutoranda em Música na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Já esteve na Rússia, Zimbábue, África do Sul, Moçambique e Tanzânia, fazendo investigações no âmbito da música. Como pesquisadora visitante, integrou o Programa de Música Africana da UCT, Cidade do Cabo, África do Sul. É produtora e diretora de documentários como “Tempo Zawose” (sobre a música *wagogo* e alguns de seus protagonistas), premiado como melhor filme de longa metragem na V Mostra Adélia Sampaio de Cinema Negro, e “Dzimba dze Mabwe – Casa de Pedra” (sobre a cultura da mbira no Zimbábue), ambos selecionados e apresentados no *International Music Documentary Film Festival In-Edit Brasil*. Mais recentemente, integrou como diretora musical a equipe do espetáculo infanto-juvenil “Nuang – Caminhos da Liberdade”.

<http://lattes.cnpq.br/2326411059721768>